
A Política Energética e seu Efeito nas Comunidades Ribeirinhas: O Caso dos Atingidos pela Usina Hidrelétrica de Estreito-Maranhão

Marcelo Divino Ribeiro Pereira¹
Jorge Luis Sánchez Arévalo²

Resumo

Depois de realizado o estudo e o relatório de Impacto Ambiental e todas as licenças que um empreendimento de envergadura necessita para sua construção e operacionalização, a usina hidrelétrica de Estreito–UHE, se concretizou somente em 2007. Como consequência direta desse processo, a UHE, ocasionou outro processo, a (dês) agregação socioeconômica e territorial de inúmeras comunidades ribeirinhas que sobreviviam de atividades primária desenvolvida nas margens do rio Tocantins. Portanto, descrever e analisar esse processo e seu impacto nas comunidades constitui o principal objetivo deste trabalho. As famílias entrevistadas tem como fonte de renda principal o exercício de atividades primárias tais como barqueiro, barraqueiro, pescador, agricultor e vazanteiro principalmente. Do total dos entrevistados 63% alegam ser dependentes do rio para realizar as suas atividades, em alguns casos as famílias tiveram que mudar de atividade de subsistência após a construção da UHE. No geral, nos resultados determinou-se que as comunidades ribeirinhas foram afetadas, sofreram perda de bem-estar, também se observa insatisfação por parte de alguns grupos de comunidades que não foram indenizadas ate agora.

Palavras-Chave: Usina Hidrelétrica; Desagregação Socioeconômica; Estreito – MA.

¹Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins. Especialista em Gestão em Educação Ambiental, graduado em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins.

² Doutorando em Administração de Organizações (FEA-RP) pela Universidade de São Paulo. Possui Especialização e Mestrado na área econômica, graduação em Ciências Contábeis pela Universidad Nacional de la Amazonia Peruana.
E-mail: jlsarevalo@fearp.usp.br

INTRODUÇÃO

O Brasil, um dos países de dimensões continentais com área de mais de oito milhões de quilômetros quadrados, e uma grande disponibilidade de bacias hidrográficas, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), tem despertado o interesse econômico dos governos estrangeiros desde inícios do século XIX, no que diz respeito à motivação para o investimento e reinvestimento no setor elétrico (CURADO; DA CRUZ, 2008).

Deste modo, o setor elétrico Brasileiro se consolidou após a II Guerra Mundial, sendo fundamental o papel do Estado, dado que o setor elétrico passou por mudanças privatizantes (LEME, 2009). Este processo foi fundamental para o contínuo desenvolvimento econômico do país, dado que o consumo de energia se triplicou posteriormente (GOLDEMBERG, 1998). Como consequência disto, para continuar mantendo o seu grau de desenvolvimento, era necessário à descoberta de novas fontes energéticas viáveis do ponto de vista socioeconômico.

As décadas de 1970 e 1980 do século XX, no Brasil, foram caracterizadas pela corrida aos estudos de viabilidade técnica de algumas bacias hidrográficas, localizadas basicamente em todas as regiões brasileiras, e também pela implantação de grandes obras hídricas, cujo objetivo máximo era manter o ritmo de crescimento de sua economia, já que, no momento áureo em que o país se encontrava, sua posição era uma das mais privilegiadas em termos de industrialização entre os países das Américas do Sul e Latina, conforme salienta Skidmore (1976, p. 31):

Desde 1940 o PIB brasileiro crescia a seis (6) por cento ao ano, algo que poucos países do Terceiro Mundo podiam igualar. Tanto os brasileiros como os observadores estrangeiros, notando a abundância de recursos de quase todo o tipo, previam brilhante futuro para o maior país da América Latina. Porém a continuação do crescimento não seria fácil porque a infraestrutura básica era deploravelmente inadequada.

Com efeito, se construíram grandes usinas hidrelétricas. Uma destas é a Itaipu binacional, instalada na região Sul do país através de parcerias firmadas entre os governos do Brasil e do Paraguai. Contudo, a construção de esta hidroelétrica trouxe consequências tanto sociais como ambientais. Segundo Matiello (2005), um aproximado de 40.000 pessoas foi desalojado compulsoriamente em virtude da construção deste empreendimento.

Além de construir Itaipu, o governo investiu em estudos que pudessem trazer à tona a possibilidade de exploração de outras bacias hidrográficas, priorizando as localizadas nas regiões Norte e Nordeste. De tal forma, se construiu a usina hidrelétrica de Sobradinho implantada no rio São Francisco, na região do Nordeste brasileiro. Conforme afirmam Zitzke (2007) e Benincá (2011), a construção da mesma trouxe prejuízos sociais, econômicos, ambientais e culturais. Além disso, estes autores salientam que construção desta hidrelétrica foi responsável pelo deslocamento compulsório de mais de 60.000 pessoas que dependiam do rio São Francisco para o desenvolvimento de suas atividades de subsistência. Consequentemente por causa desta obra, estas pessoas tiveram que reorientar e reorganizar seus modos de sobrevivência em outros lugares.

DESCRIÇÃO DO PROBLEMA

A implantação desses grandes projetos de barramentos, erguidos praticamente em todas as regiões do Brasil para dar suporte econômico e estrutural ao desenvolvimento regional brasileiro, trouxe consigo uma série de problemas de ordem política, social, econômica e ambiental às comunidades ribeirinhas que dependiam diretamente dos grandes rios para suas sobrevivências.

Com a construção de barragens, constatam-se paradoxos sociais e ambientais. Em nome do desenvolvimento, inúmeras famílias são atingidas e prejudicadas largamente, muitas vezes nem podendo usufruir dos benefícios da energia gerada nos locais de onde foram expulsas. Cumpre observar que os rios, a fauna e a flora não são meros elementos do bioma, mas possuem ligações profundas com a cultura e a tradição dos atingidos. (BENINCÁ 2011, p. 53).

Nesse sentido, observa-se que a consciência sociopolítica dos atingidos por barragens, no que diz respeito à reivindicação de seus direitos materiais comprometidos pela construção dos empreendimentos hidrelétricos, mais do que um reconhecimento por parte das empresas responsáveis pela implantação de tais obras, resulta de uma construção social desencadeada pelas próprias comunidades que, em questão de meses ou anos, viram suas estruturas sócio-política-econômica e cultural, desestruturadas em função da construção de algum empreendimento hídrico de envergadura.

De modo que, as comunidades que sofrem os impactos diretos da construção das usinas hidrelétricas, com o intuito de recobrar seus direitos se organizaram, formando o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Também a Comissão Pastoral da Terra (CPT), através da ala progressista da Igreja Católica, conforme afirma Foschiera (2010), foram os principais mecanismos responsáveis pela formação política desses novos sujeitos na arena reivindicatória do cenário brasileiro.

Evidentemente, ao se formarem movimentos, o principal objetivo dessas comunidades atingidas tem sido fazer com que esses empreendimentos reconheçam seus direitos sociais, a partir desse reconhecimento, obter uma indenização que inclua todas as comunidades atingidas.

DESCRIÇÃO DA CIDADE E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DO ESTREITO

DESCRIÇÃO HISTÓRICA DA CIDADE DE ESTREITO

Localizada ao Sul do Estado do Maranhão, entre os paralelos 06°33'38 Sul e 47° 27'04 Sudoeste, a cidade de Estreito apresentou uma população de 35.738 habitantes, segundo o último censo demográfico do IBGE (2010). Ainda segundo este Instituto, o processo histórico que deu origem a esta cidade teria começado com um pequeno povoado que surgiu nas proximidades do rio Tocantins, cuja influência política e administrativa ficava sob a alçada da cidade de Carolina, também no Estado do Maranhão.

Dado seu longo passado histórico de estreita relação com o rio Tocantins, em 27 de dezembro de 1954, o povoado de Estreito deixava, ainda que temporariamente, de

ser distrito de Carolina, respaldado na Lei Estadual nº 1304, e passava a receber o nome de Presidente Vargas, uma homenagem ao então presidente da República Getúlio Vargas. Quase três anos depois, mais precisamente em maio de 1957, a cidade de Presidente Vargas teve seu processo emancipatório cassado pelo Supremo Tribunal Federal, voltando mais uma vez à condição de distrito de Carolina.

Assim, em março de 1982, segundo o IBGE (2010), véspera, portanto, da redemocratização política do Brasil, através da Lei Estadual nº 4.416, o povoado de Estreito recupera sua autonomia política e administrativamente de Carolina, voltando à condição de cidade e recebendo o nome de Estreito.

Com a política desenvolvimentista do então presidente Juscelino Kubitschek, a atual cidade de Estreito, na época distrito de Carolina, terminou beneficiando-se dessa política governamental, pois, com a inauguração da ponte Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira em 2 de janeiro de 1961 sobre o rio Tocantins, ligando a cidade de Aguiarnópolis no Tocantins ao povoado de Estreito no Maranhão, as relações sociais e econômicas entre esses dois estados e os demais localizados ao Norte e Nordeste do país tornaram-se mais fáceis e rápidas.

Após a inauguração dessa ponte e, em menos de duas décadas, da rodovia Belém-Brasília (1974), o povoado de Estreito conhece um surto econômico fundamental e decisivo para o seu crescimento econômico em relação aos demais povoados e cidades localizadas ao Sul e Norte do Maranhão, e distante dessa rodovia de integração nacional.

Figura 1 – Localização da área de estudo - Cidade de Estreito no Maranhão.



Fonte: Consórcio Estreito Energia (CESTE).

BREVE DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE ESTREITO – UHE

Planejada desde os anos 70 do século passado, quando foram realizados os primeiros estudos de viabilidade técnica e econômica para sua provável construção, a usina hidrelétrica de Estreito, implantada no trecho do médio rio Tocantins, e situada entre os municípios de Aguiarnópolis, no Estado do Tocantins, e Estreito, no Estado do Maranhão, obedeceu, segundo agência de notícias Repórter Brasil (2007), a seguinte ordem cronológica para sua instalação e operacionalização, conforme aponta o quadro a seguir.

Quadro 1 – Cronograma de instalação e operacionalização da usina de Estreito

AÇÃO	MÊS	ANO
O Consórcio Estreito Energia vence o leilão da ANEEL.	Julho	2002
Obtenção da Licença Prévia.	Abril	2005
Obtenção da Licença de Instalação.	Dezembro	2006
As obras de construção da usina são iniciadas.	Abril	2007
Inauguração da primeira turbina.	Novembro	2010
Inauguração da oitava e última turbina da hidrelétrica de Estreito.	Outubro	2012

Fonte: Adaptado de Repórter Brasil (2007) e Ministério do Planejamento (2010).

METODOLOGIA

FONTE DE COLETA DOS DADOS

O estudo de caso foi realizado nas comunidades ribeirinhas pertencentes à cidade de Estreito, no estado de Maranhão.

Os dados utilizados neste estudo são essencialmente primários, coletados diretamente da população. Para tal fim, optou-se pela aplicação de questionários. O questionário, por ser constituído de perguntas fechadas, tende a ser o instrumento de pesquisa mais adequado à quantificação dos resultados, pois são mais fáceis de codificar e tabular, possibilitando comparações com outros dados relacionados ao tema pesquisado (PÁDUA, 1998).

Cada pergunta das entrevistas tem por finalidade investigar o status socioeconômico dos indivíduos, envolvendo atributos como: sexo, idade, escolaridade, ocupação, renda individual e familiar, quantidade anos que reside na comunidade. Foi proposto agrupar os entrevistados com base ao tipo de atividade que desenvolvia e desenvolve antes e após a construção da UHE.

A composição da amostragem foi, portanto, não probabilística³, na medida em que a pesquisa visava captar as percepções das comunidades sobre a questão da construção da UHE e seu efeito no contexto social econômico das famílias.

O critério utilizado para se estabelecer o limite do número de informantes foi o da saturação da informação, isto é, quando as informações começaram a se repetir, decidiu-se concluir a realização das entrevistas.

PROCEDIMENTOS

Com os dados coletados em primeiro lugar foi descrito o *status* socioeconômico dos indivíduos, envolvendo atributos como: sexo, renda, idade, tempo morando na comunidade, etc. Posteriormente se fez uma análise descritiva dos dados. Definiram-se os grupos de comunidades, as quais serão objeto de estudo. De maneira a verificar a percepção de cada entrevistado ou membro de comunidade sobre a construção da UHE, se fez uma descrição das principais questões aplicadas nas entrevistas, os resultados são explicados através de figuras e tabelas.

RESULTADO

OCUPAÇÃO E DESCRIÇÃO PRINCIPAL DOS ENTREVISTADOS

O desenvolvimento da pesquisa foi realizado no mês de novembro de 2012. Nesse período foram aplicados os questionários que nortearam o desenvolvimento desta pesquisa.

Deparamo-nos com seis grupos de indivíduos classificados como barraqueiro, barqueiro, pescador, agricultor, vazanteiro e pequenos comerciantes que foram impactados pela UHE de Estreito. Estes grupos de comunidades por sua vez são definidos como atingidos pela UHE.

Um total de 30 indivíduos forma entrevistados, pertencentes às comunidades constituídas atingidas. Dos entrevistados 6,67% são do sexo feminino e 93,33% do sexo masculino, a média de idade é de 51 anos. No referente ao tempo de residência, em media estas pessoas estão morando no lugar há aproximadamente 42 anos.

ESTATÍSTICAS BÁSICAS DAS COMUNIDADES ATINGIDAS

No se tratando da escolaridade, a população pesquisada apresentou uma média de 7,9 anos de estudo, com valor mínimo de zero e máximo de 17 anos de estudo. A amostra relativa ao nível de escolaridade é muito variável, com um desvio padrão de 4,06. A maioria dos entrevistados demonstra ter ensino fundamental incompleto, e apenas alguns dentre estes apresentam educação de nível superior.

³ Uma amostra não probabilística é aquela cuja inclusão de um elemento da população-alvo na amostra possui probabilidade desconhecida. Amostra probabilística é aquela em que as chances de cada elemento da população-alvo ser incluído na amostra são conhecidas e diferentes de zero. A amostra probabilística permite fazer inferências para toda a população, enquanto a não probabilística não permite isso. (CHURCHILL, 1979).

Com relação ao orçamento familiar, a média mensal foi de R\$1.644,25. A renda foi definida com base em todo o faturamento que as famílias ganhavam ao longo de um mês antes da implantação da usina. Um desvio padrão de R\$ 1.524,01 na renda, mostra uma grande dispersão no relacionado a rendimento segundo o tipo de atividade que cada pessoa ou grupo realiza no rio ou em suas proximidades.

É importante ressaltar, nesse caso específico, que a renda familiar descrita pelo entrevistado, geralmente é proveniente das atividades de subsistência permanentes que o chefe da família realiza nas proximidades do rio Tocantins, ou relacionada a ele.

O número de pessoas por família esta concentrada em torno de 4 a 5 membros, corroborando com os valores apresentados pelo Relatório de Impacto Ambiental (2002, p. 63-64), que apresentou uma média de 4,7 indivíduos para os imóveis rurais e de 4,4 para as famílias nucleadas da zona urbana, havendo uma dispersão, pois dentro da amostra somente uma família apresentou um valor de 11 membros.

Tabela 1 - Estatísticas Básicas da população pesquisada.

Variáveis	Média	Desvio Padrão	Valor Mínimo	Valor Máximo
Idade	51,1	10,65	31	75
Tempo de Residência	42,67	16,43	15	75
Escolaridade	7,9	4,06	0	17
Renda Familiar	1.644,25	1.304,51	400	5.000
Pessoas por Família	4,37	2,01	1	11

Fonte: Resultado da pesquisa, 2012.

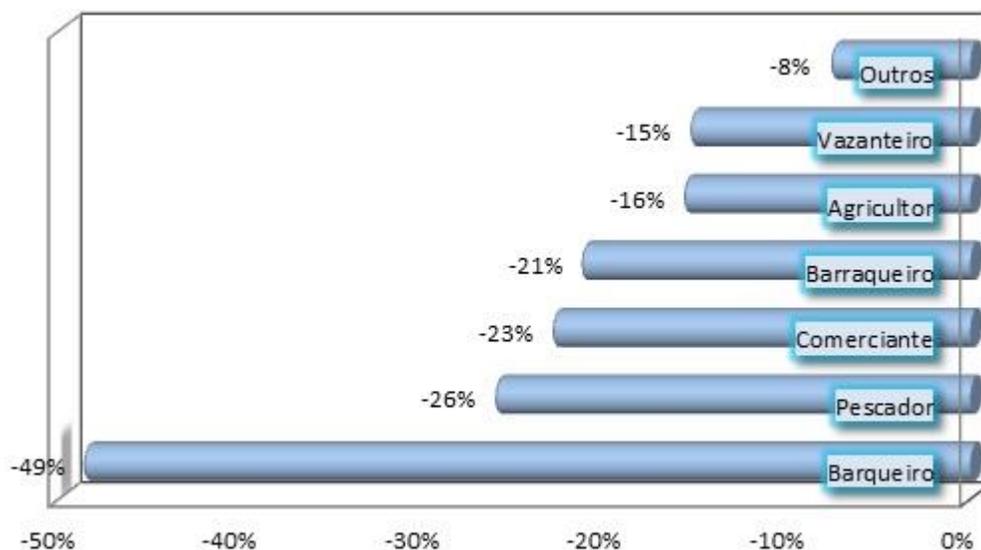
IMPACTO NAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS RESULTADO DA CONSTRUÇÃO DA UHE

De maneira geral, as informações básicas, tal como mostrado na tabela 1, mostram o comportamento dos indivíduos em relação ao seu nível de bem-estar social antes da implantação da UHE.

Para determinar esse nível, adotamos a renda familiar como o principal parâmetro (positivo ou negativo) da qualidade de vida das comunidades impactadas pela hidrelétrica. Neste caso, notou-se que o nível de bem-estar das famílias tendeu a decrescer consideravelmente depois da construção do empreendimento hidrelétrico de Estreito, tal como mostrado na Figura 2.

Em detalhe, na figura 2, percebe-se que cada atividade que as famílias realizam nesta região perdeu certa importância. O nível de bem-estar foi medido pela renda, sendo que esta experimentou uma queda, com exceção dos comerciantes e dos agricultores. A perda de renda é diferente para cada comunidade analisada, com variações percentuais baixas de 8% e altas de 49%, como é o caso dos barqueiros.

Figura 2 - Variação percentual da renda familiar após a construção da UHE de Estreito, segundo o tipo de atividade de subsistência.



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

O resultado anterior observado traz como consequência níveis de satisfação e insatisfação diferentes nas comunidades. De modo que estes níveis podem ser observados considerando o tipo e importância da atividade que as comunidades realizavam antes da construção da UHE e da indenização recebida. Do total dos entrevistados 35% demonstraram-se satisfeitos, justamente aqueles que compõem o grupo dos que receberam indenização: os agricultores e quase todos os barqueiros. Em contrapartida, 65% dos analisados em nossa amostra demonstraram-se insatisfeitos, o que equivale à representação das demais comunidades formadas por pescador, barraqueiro, vazanteiro e comerciantes que não receberam indenização do Consórcio Estreito Energia - CESTE pelas perdas sociais e econômicas que sofreram.

Em relação à implantação da UHE, cerca de 45% dos impactados, que em maioria representam aqueles que receberam indenização, demonstraram satisfação pela hidrelétrica; ao passo que 55% dos indivíduos impactados pela usina demonstraram-se insatisfeitos com a construção de tal empreendimento, correspondendo em maioria àquelas comunidades que não foram indenizadas pelos responsáveis da empresa.

Tabela 2 - composição da amostra quanto à satisfação de compensação recebida em função da construção da UHE.

	Sim (%)	Não (%)
Satisfação pela compensação recebida	35%	65%
Satisfação pela construção da UHE	45%	55%

Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

Buscando entender os impactos socioeconômicos produzidos nas comunidades estudadas, buscamos analisar também a importância do rio Tocantins no desenvolvimento das inúmeras atividades de subsistência realizadas pelas comunidades nas margens do rio, bem como os tipos de relação que estabeleciam com o mesmo.

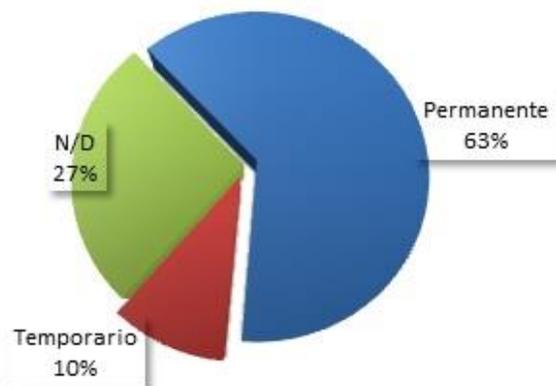
Foi possível perceber a dependência das famílias em relação ao rio Tocantins para a realização dos seus diferentes tipos de atividades econômicas antes da construção da usina, sendo que, em muitos casos, as populações concentravam-se entorno das atividades primárias. Na figura 3, se detalha que aproximadamente 63% da população considerava importante, e dependente de forma permanente do rio, independente do tipo de atividade, seja ela primária ou não.

Na acepção de Brandão, barqueiro e morador da Ilha do Cabral, situada entre as cidades de Aguiarnópolis, no Tocantins, e a cidade de Estreito, no Maranhão, um dos pioneiros em navegação pelo rio Tocantins pela hidrovia descrita acima, e com mais de 50 anos transportando pessoas e mercadorias da ilha de São José⁴ para as cidades de Carolina e Babaçulândia situadas a montante de onde se construíram UHE de Estreito, o fluxo e refluxo por essas rotas fluviais entre os Estados de Tocantins e Maranhão ocorria praticamente todos os dias da semana, com uma concentração mais acentuada nas quartas-feiras, quando os barqueiros subiam o rio em direção à ilha de São José, para na sexta-feira, descender pelas vazantes, rio abaixo, apanhando pessoas e mercadorias às margens do rio Tocantins para levá-las para o porto de embarque e desembarque na cidade de Estreito.

Ainda segundo Brandão, as décadas de 1950, 1960, 1970 e 1980 do século passado foram caracterizadas, em nível regional, pela consolidação da rota fluvial: ilha de São José, Carolina, Babaçulândia, Estreito, Aguiarnópolis e, por último, Imperatriz. Considerando a complexidade de mercadorias e pessoas que trafegavam rotineiramente por essa hidrovia, conectando comerciantes, fazendeiros, vazanteiros, pescadores e outros, a dissolução de tal rota fluvial diluiu também ou (des) estruturou décadas ou século, no caso da ilha de São José, de sobrevivência às margens ou no meio do rio Tocantins antes da construção do empreendimento hidroenergético de Estreito.

⁴ A ilha de São José não aparece na ilustração como um dos centros difusores de pessoas e mercadorias para as cidades de Carolina, Estreito e Imperatriz porque segundo Brandão a usina hidrelétrica de Estreito submergiu totalmente a referida ilha que até então pertencia à cidade de Babaçulândia, Tocantins.

Figura 3 – Importância do rio Tocantins para a realização de atividades econômicas desenvolvidas pelas comunidades localizadas próximas da UHE.



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Da mesma forma, entender as mudanças ocorridas no referente ao tipo de atividade praticado pelas comunidades antes e após a construção da UHE se torna importante neste contexto. Em tal sentido, na figura 4 se observa que as atividades do comércio representavam 27%, seguida da agricultura, também com 27%, e da atividade de pesca com 20% de toda a região amostral deste estudo. O percentual dessas três atividades nos dá uma visão do nível de satisfação que cada indivíduo apresenta em relação à construção da UHE e, conseqüentemente, o nível de satisfação pelas compensações recebidas, tal como mostrado na tabela 2.

Cabe ressaltar, nesse contexto, que os indivíduos que desenvolviam atividades de Agricultor e barraqueiro, que juntos representam 33% dos impactados, não receberam compensação financeira pelos prejuízos em função da construção de Estreito, e também se apresentam insatisfeitos com relação à implantação de tal projeto hidrelétrico.

As atividades de subsistência⁵ foram afetadas fortemente pela construção da usina hidrelétrica, pois, para serem desenvolvidas, dependia diretamente do rio Tocantins, o qual determinava, através de seus regimes de cheia e vazão, quais as épocas certas de plantar e colher. As atividades terciárias como o comércio, que neste caso pesquisado é realizado em quitanda e no mercado municipal, foram afetadas somente de forma específica e positivamente.

⁵ O termo em foco refere-se às atividades que as comunidades desenvolvem no/na margem do rio Tocantins, ou seja, pode ser sinônimo de sobrevivência. Portanto, toda vez que ela aparecer nesta pesquisa, estará se referindo a isso.

Figura 4 - Principais atividades de subsistência desenvolvidas pelas famílias atingidas antes da construção da usina.



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Após a construção da UHE de Estreito, algumas mudanças foram observadas no que diz respeito às atividades realizadas pelos indivíduos que moram nesta região. As atividades de subsistência realizadas por cada uma das famílias após a construção da UHE de Estreito foram ilustradas a seguir na figura 5. As mudanças mais significativas são observadas nas atividades desenvolvidas pelos pescadores, que caíram de 20% antes da barragem para 17% depois do empreendimento; também ocorreram mudanças negativas após a construção da usina nas atividades desenvolvidas pelos barqueiros e pelos barraqueiros caindo de 13% e 7% antes da usina, para 10% e 3% depois do empreendimento, respectivamente.

Figura 5 - principais atividades de subsistência desenvolvidas pelas famílias atingidas após a construção da usina.



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Analisando a representação amostral dos pescadores, barraqueiros e dos barqueiros no grupo dos 30 indivíduos. Estes grupos de comunidades tiveram perda econômica em função da construção da usina que os forçou a mudarem parcialmente de atividade. Conseqüentemente, alguns estão trabalhando atualmente como atendentes de lojas, ajudante de pedreiro, moto táxi, capinando lotes. Isto significa dizer que ocorreu uma espécie de (des) agregação socioeconômica de tais famílias em função da construção da usina hidrelétrica de Estreito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa procurou contribuir com os debates que giram em torno das comunidades ribeirinhas atingidas pela usina hidrelétrica de Estreito, um mega empreendimento construído num trecho do Médio rio Tocantins, no Estado do Maranhão, divisa com o Estado do Tocantins. Em particular, a navegação pelo rio Tocantins possibilitou o desenvolvimento social, econômico e cultural de inúmeras comunidades ribeirinhas, que foram se estabelecendo de maneira sustentável e organizacional ao longo de suas margens.

O foco de análise deste estudo concentrou-se no processo de (des) agregação socioeconômica e, por conseguinte, no processo sociopolítico das compensações que tais comunidades atingidas receberam ou não em função das perdas materiais e imateriais que tiveram advindas da territorialização desse empreendimento de envergadura.

Mesmo se tratando de um território contínuo em termos físico, e multicultural em termos sociais e econômicos, a empresa construtora da UHE utilizou-se na hora do processo indenizatório de dois critérios básicos que, mesmo expressando significados diferentes, afunilam-se para um mesmo denominador, ou seja, uma indenização baseada no título fundiário de posse que os fazendeiros, chacareiros e agricultores possuíam e, num outro extremo, excluiu desse processo compensatório os pescadores, barraqueiros e parcialmente os barqueiros, que há décadas mantinham uma estreita relação com o rio Tocantins.

O grau de impacto e conseqüentemente a indenização recebida pelas comunidades atingidas pela construção da UHE, foi determinado de acordo com a relação de proprietário-dependente que as comunidades de agricultor, pescador, barraqueiro, vazanteiro, barqueiro e outros mantinham com o rio Tocantins. O que as interpretações dos dados de campo revelaram a respeito do processo sociopolítico das indenizações materiais dessas comunidades foi que, no geral, mais de 60% delas tinham contato de extrema interdependência com o rio, retirando dele e de seus períodos de cheia/vazão o seu principal sustento, e depois da conformação do reservatório não conseguem fazer a mesma coisa, o que, nessa linha de pesquisa, veio a caracterizar o que chamamos de (des) agregação socioeconômica.

REFERÊNCIAS

BENINCÁ, D. *Energia e cidadania: a luta dos atingidos por barragem*. São Paulo: Cortez, 2011.

BRANCO, S. M. 1930: *O desafio amazônico*. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2004.

CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930- 1970*. São Paulo: Global; Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1985.

CHURCHILL, Gilbert A. *Marketing Research: methodological foundations*. 2 ed. Hinsdale: The Dryden Press, 1979.

CURADO, M; DA CRUZ, M. J. V. Investimento direto externo e industrialização no Brasil. *Revista de Economia Contemporânea*, vol.12 no.3. Rio de Janeiro Sept./Dec. 2008.

FOSCHIERA, A. A. *Atingidos pela usina hidrelétrica de Barra Grande*. Centro de Estudos de Política da América Latina. In. IV SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA. Londrina-PR, setembro, 2010.

GOLDEMBERG, J. Energia e Desenvolvimento. **Revista Estudos Avançados**. Vol.12 no.33 São Paulo May/Aug. São Paulo, 1998.

GOMES, K. D. *Caracterização sócio-econômica e percepção dos pescadores do rio Tocantins imediatamente a jusante da barragem da UHE Lajeado*. Palmas, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censo demográfico, 2010*. Disponível em: <www.censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 maio 2013.

LIRA, Elizeu Ribeiro. *A gênese de Palmas-Tocantins: A geopolítica de (re) organização territorial na Amazônia Legal*. Goiânia: Ed. Kelps, 2011.

Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens – MAB. **Estatísticas**. Disponível em: <www.mabnacional.org.br>. Acesso em: 23 maio 2012.

MATIELLO, C. Práticas e representações da ditadura militar na propaganda da Itaipu binacional. In: *XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*. Londrina, 2005.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Estatísticas**. Ação Civil Pública, 2011. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/>>. Acesso em: 2 maio 2013.

PÁDUA, E. M. M. *Metodologia da pesquisa: Abordagem teórico-prática*. São Paulo: Papirus. 3 edição. 1998. P.31

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA. *Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da Usina Hidrelétrica Estreito, situada no trecho médio do rio Tocantins*. Maranhão, CNEC, 2002. 83p.

REPÓRTER BRASIL. *Agência de Notícias, comunicação, pesquisa e jornalismo. Direitos trabalhistas e danos socioambientais*. Disponível em: <www.repórterbrasil.org.br>. Acesso em: 02 mar. 2013.

SKIDMORE, T. E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

ZITZKE, V. A. *A rede sociotécnica da usina hidrelétrica do Lajeado (TO) e os reassentamentos rurais das famílias atingidas*. Tese de doutorado em Ciências Humanas – Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, abr. 2007.